



<b>CONTRATANTE CÓDIGO UASG</b>	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ 453902
<b>PREGÃO ELETRÔNICO</b>	Nº 90014/26
<b>TIPO</b>	MENOR PREÇO
<b>OBJETO</b>	Contratação de serviço de subscrição de 04 (quatro) licenças de uso anual do software de design "Canva Pro +"
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO</b>	R\$ 2.352,00 (dois mil trezentos e cinquenta e dois reais)
<b>PERÍODO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS (horário de Brasília-DF)</b>	De 10/06/2026 às 8h Até 26/06/2026 às 13h
<b>ABERTURA DAS PROPOSTAS</b>	Dia 26/06/2026 às 13h
<b>FASE DE LANCES</b>	Dia 26/06/2026 às 13h05
<b>IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS</b>	Até dia 23/06/2026 às 18h
<b>EXCLUSIVIDADE ME/EPP</b>	Sim
<b>AGENTE DE CONTRATAÇÃO</b>	Belisa Tiemi Duarte de Almeida Okamura Pregoeira



## **TIPO: Menor Preço**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 104, de 02 de março de 2026, torna público para conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, Resolução MPPR nº 8.670 em 29 de dezembro de 2022 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo MENOR PREÇO, para contratação de serviço de subscrição de 04 (quatro) licenças de uso anual do software de design "Canva Pro+", conforme especificações contidas neste Edital e seus Anexos, em atendimento ao processo administrativo eletrônico SEI nº 19.19.9420.0020889/2025-43, de 13 de agosto de 2025.

### **1. DO OBJETO**

A presente licitação tem como objeto a contratação de serviço de subscrição de 04 (quatro) licenças de uso anual do software de design "Canva Pro +", conforme especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

### **2. DA MODALIDADE E DO TIPO DE LICITAÇÃO**

Esta licitação, sob a modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **Menor Preço**, conforme disposto no artigo 79, inciso I, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, será realizada em sessão pública online através do endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/>, conforme condições deste Edital, em data e horário abaixo indicados.

### **3. ACOLHIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS E FASE DE LANCES**

ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 13h (horário de Brasília/DF) do dia 26/06/2026, exclusivamente por meio eletrônico, através do site <https://www.gov.br/compras/>, **UASG 453902, PE nº 90014/26**, após prévio credenciamento.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 26/06/2026 às 13h (horário de Brasília/DF).

INÍCIO DA FASE DE LANCES: dia 26/06/2026 às 13h05 (horário de Brasília/DF).

MODO DE DISPUTA: **aberto e fechado**.

### **4. INTRODUÇÃO**

**4.1.** Se no dia marcado para recebimento e abertura das propostas deste Pregão, por qualquer motivo, não houver expediente no Ministério Público do Estado do Paraná, estes realizar-se-ão no primeiro dia útil de funcionamento que se seguir, no mesmo horário.

**4.2.** As solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnação deste Edital poderão ser efetuadas por qualquer cidadão ou pelas interessadas em participar do certame, **com antecedência de 3 (três) dias úteis da data estabelecida para a abertura das propostas, dirigidas ao Pregoeiro**, através do endereço eletrônico [subadm.cpl@mppr.mp.br](mailto:subadm.cpl@mppr.mp.br).



**4.3.** As respostas do Pregoeiro aos pedidos interpostos estarão disponíveis em até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, no site do Ministério Público do Estado do Paraná - [www.mppr.mp.br](http://www.mppr.mp.br) - licitações e no site <https://www.gov.br/compras/>.

## **5. DO CREDENCIAMENTO**

**5.1.** Para acesso ao Sistema Eletrônico, a(s) interessada(s) em participar do Pregão, ou seu(s) representante(s) legal(is), deverá(ão) estar previamente credenciada (s) junto ao site <https://www.gov.br/compras/>, o qual disponibilizará chave de acesso e senha, pessoal e intransferível, para certificação.

**5.1.1.** Demais dados acerca da chave de acesso e senha poderão ser obtidos pelas interessadas em participar do Pregão Eletrônico diretamente no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/>.

**5.2.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a participação das interessadas na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**5.3.** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, em tempo hábil para participação neste certame.

**5.4.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**5.5.** A licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**5.6.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

**5.7.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

## **6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**6.1.** Poderão participar deste Pregão exclusivamente microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs), qualificadas como tais, nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, regularmente estabelecidas no País e que atendam a todas as exigências deste Edital.

**6.1.1.** A empresa que se enquadra como microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP), deverá se identificar como tal no campo apropriado existente no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), quando do cadastramento da proposta.

**6.1.2.** A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios instituídos à microempresa e empresa de pequeno porte caracteriza o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo de enquadramento em outras figuras penais.

**6.2.** Poderão participar deste Pregão microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs) que:

**6.2.1.** detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

**6.2.2.** atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Edital;

**6.2.3.** comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos no item 9.1 deste Edital;

**6.2.4.** estejam com cadastro regular no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;

**6.2.5.** manifestem formalmente o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital, inclusive no que se refere aos custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas que são de responsabilidade exclusiva da licitante.

**6.3.** Não poderão participar deste Pregão:

**6.3.1.** consórcios de empresas, quaisquer que sejam suas formas de constituição, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo;

**6.3.2.** empresas impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná;

**6.3.3.** empresas que foram declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição;

**6.3.4.** empresas que tenham sócios ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou membros do Ministério Público do Estado do Paraná;

**6.3.5.** empresas que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação;

**6.3.6.** as pessoas físicas e jurídicas de que trata o artigo 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**6.3.7.** empresas que não se enquadrem como microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs).

**6.4.** Para participação no certame, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

**6.4.1.** A manifestação da licitante, de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital, quando não verdadeira, sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, no artigo 155, inciso VIII, Lei nº 14.133/2021 e artigo 197, inciso I do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**6.5.** Quando do cadastramento da proposta no Sistema de compras eletrônicas, a proponente deverá estar ciente que o CNPJ cadastrado para participação deverá ser o mesmo constante na proposta e nos demais documentos de habilitação e, no caso de adjudicação, o contrato será firmado com este mesmo CNPJ.

**6.5.1.** Caso a licitante vencedora possua matriz e filiais, deverá assinar o contrato com o mesmo CNPJ da matriz ou filial cadastrada no Sistema de compras eletrônicas e constante na proposta.

**6.5.2.** Caso a licitante vencedora possua matriz e filiais na data da habilitação, e participe da licitação com o CNPJ da matriz, poderá executar o contrato e emitir as respectivas faturas com o CNPJ da filial, desde que apresente na fase de habilitação as certidões de regularidade fiscal também da filial que cumprirá o objeto.

## **7. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS**

**7.1.** A proposta de preço inicial deverá ser cadastrada no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto e de acordo com o critério de disputa estabelecido no Edital.

**7.1.1.** A licitante deverá registrar proposta precisa do **valor unitário e total para o item único do item 1.3 do Anexo I deste Edital**, com no máximo duas casas decimais, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

**7.1.2.** A proposta registrada poderá ser alterada ou excluída até a data e hora definida no Edital para abertura das propostas e, após este prazo, o Sistema Eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da proposta.

**7.1.3.** Não será permitido à licitante oferecer proposta parcial.

**7.2.** Nos dados preenchidos no Sistema para participação da etapa de lances não poderá conter qualquer tipo de identificação da licitante (nome, CNPJ, timbre da empresa, telefone, e-mail, site da empresa, etc.), sob pena de desclassificação da proposta, podendo a descrição do objeto do item da licitação ser preenchida de forma resumida, quando esta não couber inteira, conforme o Anexo I, ou remissão ao item do Edital que contenha as suas especificações.

**7.2.1.** Qualquer elemento que puder identificar a licitante na fase de lances poderá acarretar, além da desclassificação da proposta, a aplicação das sanções previstas neste Edital, no artigo 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e artigo 194 e seguintes do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**7.3.** A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**7.3.1.** valor unitário e total para o item único do item 1.3 do Anexo I deste Edital;

**7.3.2.** descrição detalhada do objeto ou remissão ao item do Edital que contenha as suas especificações.

**7.4.** A apresentação de proposta implicará em:

**7.4.1.** pleno conhecimento e aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos; especificações e condições para execução do pactuado, sujeitando-se à fiscalização pelo Ministério Público;

**7.4.2.** inexistência de fato impeditivo à habilitação neste certame e ciência da obrigatoriedade de informar acerca de ocorrências posteriores;

**7.4.3.** prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame;

**7.5.** Como critério de aceitabilidade de preço unitário, será adotado como limite máximo o valor máximo unitário estimado pela Administração, no Anexo I a este Edital, para o item único.



**7.6.** No valor proposto já deverão estar incluídas as despesas legais incidentes, sendo esse valor de exclusiva e total responsabilidade da licitante.

**7.7.** A proposta deverá conter apenas uma opção de preço unitário e total para o item único do item 1.3 do Anexo I deste Edital, sob pena de desclassificação.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, DO EXAME DE CONFORMIDADE, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E ETAPA DE LANCES**

**8.1.** Na data e horário estabelecidos neste Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico Nº 90014/26, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, sejam inexequíveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Anexo I.

**8.1.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

**8.2.** Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de julgamento fixado no item 2 deste Edital, observadas as especificações mínimas obrigatórias definidas neste Edital.

**8.2.1.** A desclassificação da proposta, quando houver, será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todas as licitantes.

**8.3.** Classificadas as propostas, será iniciada a etapa competitiva, devendo as licitantes encaminhar lances exclusivamente por meio de Sistema Eletrônico.

**8.3.1.** Os lances deverão ser sucessivos; somente serão admitidos lances que expressem valor inferior ao seu último lance ofertado.

**8.3.2.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**8.3.3.** Caso a licitante não realize lances, permanecerá valendo o valor da proposta eletrônica apresentada, para efeito de classificação final.

**8.3.4.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste Edital, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e da Lei Federal nº 14.133/2021.

**8.4.** A etapa de lances se dará no modo de disputa aberto e fechado. O modo aberto terá duração de 15 (quinze) minutos. Encerrado este prazo, o Sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances, e, transcorrido o período de até (10) dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

**8.4.1.** Encerrado o tempo de até 10 (dez) minutos previsto no item 8.4 deste Edital, o Sistema abrirá a oportunidade para que a licitante da oferta de valor mais baixo e as licitantes das ofertas com valores até 10 % (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**8.4.2.** Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições que trata o item 8.4.1 deste Edital, as licitantes dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.



**8.4.3.** Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 8.4.1 e 8.4.2 deste Edital, o Sistema ordenará os lances em ordem crescente de preços.

**8.4.4.** Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 8.4.1 e 8.4.2 deste Edital, haverá o reinício da etapa fechada para que as demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 8.4.3 deste Edital.

**8.4.5.** Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 8.4.4 deste Edital.

**8.5.** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação de desempate conforme critério estabelecido no artigo 60 da Lei n.º 14.133/21 e no artigo 91 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**8.5.1.** Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 8.5. deste Edital, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

**8.6.** Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro deverá encaminhar pelo Sistema Eletrônico contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, visando a obtenção de melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital, podendo esta negociação ser acompanhada pelas demais licitantes.

**8.6.1.** O Pregoeiro poderá negociar com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido no Edital.

**8.7.** A partir da solicitação do Pregoeiro no Sistema Eletrônico, a licitante melhor classificada deverá encaminhar, **sob pena de desclassificação, até às 13h do dia útil subsequente da sessão**, proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item 8.6 deste Edital, conforme modelo do Anexo V, e demais documentos listados no item 9.1 deste Edital.

**8.7.1.** Havendo necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, esses deverão ser apresentados em formato digital, via Sistema.

**8.7.2.** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo previsto no item 8.7 deste Edital.

**8.8.** O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado no Edital.

**8.9.** As licitantes, a qualquer momento, após o término da etapa de lances, poderão registrar seus questionamentos para o Pregoeiro, através do Sistema, referente a determinado item disputado, nos campos indicados. Todas as mensagens constarão no histórico do relatório referente à disputa.

**8.9.1.** As respostas aos questionamentos também serão disponibilizadas no Sistema.

**8.10.** No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, e o Sistema permanecer acessível às licitantes, no decorrer da etapa competitiva, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.10.1.** O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.10.2.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato às licitantes, no Sistema Eletrônico.

## **9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**9.1.** As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de Sistema Eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo V) e os documentos de habilitação abaixo descritos, até a data e o horário estabelecidos pelo Pregoeiro, podendo deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado às demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos Sistemas:

**9.1.1.** A proposta anexada no Sistema Eletrônico deverá conter:

**9.1.1.1** Descrição do objeto com o **valor unitário e total para o item único do item 1.3 do Anexo I do Edital**, sem ultrapassar os valores máximos fixados no Anexo I, cotados em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, em estrita observância a todas as descrições previstas neste Edital e seus Anexos, sob pena de desclassificação;

**9.1.1.1.1.** Havendo divergência entre o descritivo do Sistema Compras.Gov (CATMAT/CATSER) cadastrado para este certame e o do Anexo I a este Edital, será considerado válido o descritivo constante do Anexo I a este Edital

**9.1.1.2** Os valores propostos deverão englobar todos os serviços necessários para a execução do objeto deste certame conforme Anexo I a este Edital;

**9.1.1.3** Dados de identificação da licitante e do representante legal, e assinatura, sob pena de desclassificação.

**9.1.2.** Certidão Conjunta de Regularidade perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, consoante Portaria MF nº 358/2014 (artigo 195, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 68, inciso III, da Lei nº 14.133/2021);

**9.1.3.** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (artigo 68, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021);

**9.1.4.** Certidão de Regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal (Mobiliária e Imobiliária) do domicílio ou da sede da empresa, ou outra equivalente, consoante artigo 68, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

**9.1.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do artigo 68, inciso V, da Lei nº 14.133/2021;

**9.1.6.** Declaração unificada, assinada pelo representante legal da licitante ou seu procurador devidamente qualificado, conforme modelo constante no Anexo II a este Edital:

- dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e concorda na integralidade com o Edital e seus Anexos;

- de elaboração independente de proposta;



- de que cumpre o inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal;
- de Inexistência de Fato Superveniente;
- de Regularidade, em cumprimento às Resoluções nºs 37/2009 e 172/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público;
- de Reserva de Cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
- ciência e concordância ao Código de Ética e de Conduta dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná;
- de Atendimento e Responsabilização com a Logística Reversa; e
- de Atendimento dos Direitos Trabalhistas.

**9.1.6.1.** Declaração conforme modelo constante no Anexo III a este Edital.

**9.1.7.** Certidão da Junta Comercial, em caso de empresa individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com todas as alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da Ata de Eleição de seus administradores; ou Certidão do Cartório de Títulos e Documentos, quando se tratar de sociedade simples e sociedade civil;

**9.1.7.1.** Os documentos mencionados no item supra podem ser substituídos por Certidão Simplificada da Junta Comercial, desde que constem os nomes dos representantes legais da licitante e o ramo de atividade, com data de expedição não superior a um ano.

**9.1.7.2.** Comprovante de nomeação de administradores residentes no País, em caso de sociedade controlada por empresa estrangeira.

**9.1.8.** Termo de Compromisso com a Segurança da Informação, conforme modelo constante no Anexo I.A a este Edital.

**9.1.9.** Declaração de Ciência do Termo de Manutenção de Sigilo e das Normas de Segurança Vigentes, conforme modelo constante no Anexo I.B a este Edital.

**9.1.10.** Documento emitido pelo fabricante (Canva Pty Ltd) ou por distribuidor oficial autorizado no Brasil, que comprove a sua condição de revenda autorizada para a comercialização do objeto.

**9.2.** Os documentos exigidos deverão ter prazo de validade em curso na data de sua apresentação, sob pena de inabilitação, ou datados dos últimos 90 (noventa) dias que antecedem a data de abertura da sessão, quando não tiverem prazo estabelecido pelo órgão expedidor competente.

**9.2.1.** Não se enquadram no prazo de que trata o item anterior os documentos cuja validade seja indeterminada.

**9.3.** A verificação dos documentos apresentados nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**9.4.** Na recomposição final da proposta, não poderá ser majorado o valor do último lance ofertado, sob pena de desclassificação.

**9.5.** Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados por cópias, desde que legíveis e autenticadas por Oficial Público, e, os originais, com assinaturas do representante legal, que, havendo dúvida na representação, poderá ser realizada diligência para confirmação.



**9.5.1.** Os documentos que forem apresentados com assinatura digital/eletrônica deverão ter sua autenticidade confirmada através do site <https://validar.iti.gov.br/>, sob pena de desclassificação.

**9.6.** O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.7.** Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento do procedimento, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no Sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no Sistema.

**9.8.** A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou com irregularidade, será inabilitada, sem prejuízo da aplicação, no que couber, das penalidades aqui previstas e demais cominações legais.

**9.9.** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, mediante análise da proposta e da documentação, o Pregoeiro declarará a vencedora no Sistema Eletrônico.

**9.9.1.** Verificada a documentação pertinente, se a proposta vencedora não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital.

**9.9.2.** Ocorrendo a situação a que se refere o item 9.9.1 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante, para que seja obtido preço melhor.

**9.9.3.** Somente será considerada habilitada a licitante que houver preenchido todos os requisitos de habilitação.

**9.10.** Encerradas as etapas de julgamento das propostas e do ato de habilitação e inabilitação, qualquer licitante poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, em campo próprio do Sistema Eletrônico, manifestar de forma imediata a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

**9.11.** A falta de manifestação imediata das licitantes quanto à intenção de recorrer implicará a decadência do direito de recurso, cabendo ao Pregoeiro encaminhar o processo devidamente instruído à Autoridade competente e propor a homologação.

**9.12.** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente:

**9.12.1.** Promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase do Pregão;

**9.12.2.** Relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da licitante, desde que sejam irrelevantes, não alterem os parâmetros da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação;

**9.12.3.** Convocar licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.



**9.13.** Para compor o processo eletrônico do certame, só serão transferidos do *site* <https://www.gov.br/compras/> para o Sistema Eletrônico SEI, utilizado pelo Ministério Público do Estado do Paraná, os documentos elencados no item 9.1 deste Edital.

## **10. DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**10.1.** Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências, ou impugnar os termos do presente Edital, desde que encaminhada a manifestação com antecedência de 3 (três) dias úteis da data fixada para o recebimento das propostas, dirigidas ao Pregoeiro, através do endereço eletrônico [subadm.cpl@mppr.mp.br](mailto:subadm.cpl@mppr.mp.br).

**10.2.** Quaisquer outras manifestações formais subsequentes ao prazo do item anterior serão recebidas apenas como meros pedidos de esclarecimentos.

**10.3.** Decairá do direito de impugnar os termos do Edital a licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no prazo fixado no item 10.1 deste Edital.

**10.4.** A autoridade competente decidirá sobre a petição no prazo de até 3 (três) dias úteis; limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

## **11. DOS RECURSOS**

**11.1** Manifestada a intenção de recorrer, conforme item **9.10** deste Edital, inicia-se o prazo de **3 (três) dias úteis** para a apresentação dos memoriais relacionados à intenção manifestada, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo concedido.

**11.1.1.** Ficam as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contrarrazões, se quiserem, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo do item **11.1** deste Edital.

**11.1.2.** Os recursos intempestivos não serão conhecidos.

**11.2.** As razões recursais devem ser encaminhadas em campo próprio do sistema [www.gov.br/compras](https://www.gov.br/compras/).

**11.2.1.** A não apresentação dos memoriais configurará renúncia ao direito de recorrer.

**11.2.2.** Será assegurada à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, que deverá ser solicitada via e-mail para o endereço eletrônico [subadm.cpl@mppr.mp.br](mailto:subadm.cpl@mppr.mp.br).

**11.3.** Não serão conhecidos os recursos subscritos por representante que não comprove poder de representação legal.

**11.4.** Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões e ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos a decisão final em relação àqueles, quando o Pregoeiro mantiver sua decisão.

**11.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**12.1.** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação da licitante vencedora, o procedimento licitatório será encaminhado pelo Pregoeiro ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos para adjudicação e homologação.

## **13. DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**

**13.1.** A proposta deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias a partir da data estipulada para abertura do presente certame, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o do final. Caso este prazo não esteja expressamente indicado, ele será considerado como aceito para efeito de julgamento.

## **14. DA DESPESA E DO VALOR MÁXIMO**

**14.1.** O pagamento desta contratação correrá, mediante a emissão de Nota de Empenho, a conta da dotação orçamentária 0960.03.091.04.8011- Gestão do Fundo Especial do Ministério Público do Paraná - FUEMP no subelemento de despesas 3390.4002 - Locação de Softwares.

**14.2.** O valor máximo para este Pregão é de **R\$ 2.352,00** (dois mil trezentos e cinquenta e dois reais).

## **15. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**15.1.** As condições da prestação dos serviços objeto deste Pregão constam nos itens 1.4 e 5.3 do Anexo I a este Edital.

## **16. DA CONTRATAÇÃO, DO PAGAMENTO, DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO REAJUSTE**

**16.1.** Após a publicação da homologação do resultado do julgamento e da declaração da adjudicatária no endereço eletrônico ([www.mppr.mp.br](http://www.mppr.mp.br) – licitações) e no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Paraná, é dever da licitante, em até 5 (cinco) dias úteis, assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho, mediante liberação por parte do Departamento de Aquisições e Logística, situado na Rua Marechal Hermes, nº 751, Centro Cívico, Curitiba, Paraná.

**16.1.1.** A assinatura deverá, preferencialmente, ser realizada de forma digital/eletrônica, devidamente autenticada com certificado válido ou, de forma presencial no caso de empresas com domicílio na Capital do Estado do Paraná, devendo o representante da empresa comparecer à Sede da Instituição (Rua Marechal Hermes, 751, Centro Cívico, Curitiba/PR) para assinatura do contrato.

**16.1.2.** Caso a empresa não disponha de assinatura digital/eletrônica, e também não possua domicílio na Capital do Estado do Paraná o contrato será remetido via Correio, encomenda expressa (SEDEX), devendo a empresa apor a assinatura e devolver também da mesma forma.

**16.2.** Na hipótese de não comprovação das condições de habilitação consignadas no item 16.5 do Edital ou a recusa da licitante em assinar o contrato e/ou retirar a nota de empenho, outra licitante poderá ser convocada, respeitada a ordem de classificação, para, após a



comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato e retirar a nota de empenho, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela licitante primeira classificada (artigo 90, parágrafo 2º, da Lei nº 14.133/21), sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.

**16.3.** Ocorrendo a hipótese descrita no item 16.2 deste Edital, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida pela licitante vencedora e adjudicatária, sujeitando-se esta às penalidades legais estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 (artigos 155 a 163).

**16.4.** O pagamento será efetuado em parcela única, após a ativação e aceite definitivo das licenças, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da nota fiscal, que deverá ser entregue ao Departamento de Planejamento e Gestão da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional - SUBPLAN, localizado na Rua Marechal Hermes, 751, Curitiba, PR.

**16.5.** O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação das certidões de regularidade com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o FGTS, as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, além de comprovar a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (artigo 116 da Lei nº 14.133/2021).

**16.6.** Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, devidamente corrigida.

**16.7.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a alteração de valor ou a compensação financeira.

**16.8.** O Ministério Público do Estado do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste Pregão.

**16.9.** Para efeito da emissão da Nota Fiscal, o número de inscrição no CNPJ do Ministério Público do Estado do Paraná é 78.206.307/0001-30 e o endereço é Rua Marechal Hermes, nº 751, Centro Cívico, em Curitiba, Estado do Paraná.

**16.10.** O Ministério Público do Estado do Paraná reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da aceitação, o serviço entregue não estiver de acordo com as especificações apresentadas.

**16.11.** O contrato terá vigência a partir de sua assinatura até 12 (doze) meses contados do termo de aceite definitivo, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que os preços permanecem vantajosos para a administração, permitida a negociação com a contratada ou a extinção contratual sem ônus para as partes.

**16.12.** Caso o MPPR julgue conveniente e necessário a prorrogação contratual, os valores poderão ser reajustados, a cada 12 (doze) meses, pelo IGPM/FGV ou, na sua falta, com base na taxa obtida da média aritmética dos índices oficiais do Governo Federal (IGPM/FGV, IGP/FGV, IPC/FGV e IPCA/IBGE).

## **17. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1.** A licitante e a Contratada que incorra em infrações administrativas sujeita-se às seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa, na forma prevista neste instrumento convocatório;
- III - impedimento de licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos, conforme o artigo 156, parágrafo 4º da Lei nº 14.133/2021; e
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos conforme o artigo 156, parágrafo 5º da Lei nº 14.133/2021.

**17.2.** As sanções previstas no item 17.1 deste Edital poderão ser aplicadas a quem:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

**17.3.** As sanções previstas nos itens I, III e IV do item 17.1 deste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme artigo 198, parágrafo 2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**17.4. ADVERTÊNCIA** é a sanção aplicada por descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave e/ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave conforme artigo 195, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**17.5.** Fica estipulada a **MULTA MORATÓRIA** de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total do contrato quando a Contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, a obrigação assumida. A partir do trigésimo primeiro dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, sobre todo o período moratório, limitando-se ao montante de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato. Decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, o Contratante poderá decidir pela continuidade



da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista no item 17.6 deste Edital.

**17.6.** Fica estipulada a **MULTA COMPENSATÓRIA** de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução parcial ou total, caracterizada esta quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, a que se refere o item 17.5 deste Edital, hipótese em que poderá ser cancelado o pedido ou documento correspondente.

**17.7.** O valor correspondente a qualquer multa aplicada à Contratada, respeitados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da notificação, em favor do Contratante, ficando a Contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

**17.7.1.** As multas poderão ser descontadas de pagamento eventualmente devido pela Contratante decorrentes de outros contratos firmados com o Ministério Público do Estado do Paraná, conforme artigo 199, parágrafo 2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**17.8.** Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias corridos, após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

**17.9.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme artigo 156, parágrafo 8º, da Lei nº 14.133/2021.

**17.10.** A aplicação das sanções previstas no item 17.1 deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, conforme artigo 156, parágrafo 9º, da Lei nº 14.133/2021.

**17.11.** Os valores relativos à aplicação das multas serão retidos do pagamento da Contratada, durante o processo administrativo no qual se discute a sua regular aplicação, após o qual será devolvida à Contratada ou estornada do empenho respectivo.

**17.12.** A aplicação da multa a que se refere o item 17.6 deste Edital não impede a rescisão unilateral do contrato nem que se apliquem as demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

**17.13.** O **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** será aplicado à licitante que:

**17.13.1.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**17.13.2.** der causa à inexecução total do contrato;

**17.13.3.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**17.13.4.** não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**17.13.5.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; e



**17.13.6.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**17.14.** A aplicação da sanção prevista no item 17.13 deste Edital deve observar o prazo de duração de no máximo 3 (três) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos no âmbito do Estado do Paraná, sem prejuízo do disposto no artigo 156, parágrafo 4º da Lei nº 14.133/2021.

**17.15. A DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** será aplicada a quem:

**17.15.1.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**17.15.2.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**17.15.3.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**17.15.4.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**17.15.5.** praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

**17.16.** A declaração de inidoneidade será aplicada pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e produzirá seus efeitos no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, conforme artigo 156, parágrafo 5º, da Lei nº 14.133/2021.

**17.17.** A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a declaração de inidoneidade, conforme artigo 156, parágrafo 6º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

**17.18.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a sancionada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme artigos 215 a 223 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

## **PROCEDIMENTOS DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.19.** Caso a licitante incorra em uma das condutas elencadas no presente capítulo, será instaurado procedimento administrativo para apuração da irregularidade e a aplicação de sanções, no qual será assegurada a ampla defesa e o contraditório, observado o disposto no Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**17.20.** Na aplicação das penalidades serão consideradas as circunstâncias artigo 156, parágrafo 1º da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

**I** - a natureza e a gravidade da infração cometida;

**II** - as peculiaridades do caso concreto;

**III** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**IV** - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**V** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**17.20.1.** Deverão ser consideradas como agravantes e atenuantes as circunstâncias previstas nos incisos dos artigos 211 a 213 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**17.20.2.** O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante, observando-se, ainda o previsto nos parágrafos do artigo 198 do Decreto Estadual 10.086/2022.

## **18. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**18.1.** O Ministério Público do Estado do Paraná poderá:

**18.1.1.** anular este Pregão se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

**18.1.2.** revogar a seu juízo se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, em decorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

**18.1.3.** transferir a data da sessão pública.

**18.2.** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade.

**18.3.** A declaração de nulidade do contrato administrativo retroage impedindo os seus efeitos jurídicos e desconstitui os já produzidos, conforme artigo 148, caput, da Lei nº 14.133/2021.

**18.4.** A presente licitação poderá ser revogada, a critério da Administração, nos termos do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021, por razões de interesse público, como apresentar a licitante vencedora preço superior ao de mercado, salvo se promover a adequação/redução do preço; ou ser anulada por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação, mediante parecer escrito e fundamentado, visando resguardar o interesse da Administração, sem que às licitantes assista o direito à indenização de qualquer espécie, cabendo recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data da anulação ou revogação da licitação, observado o disposto nos artigos. 165 a 168 da Lei Federal n.º 14.133/2021, no que couber, conforme artigo 107, parágrafo 2º do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

## **19. DOS ANEXOS**

**19.1.** São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO I.A – Termo de Compromisso com a Segurança da Informação;

ANEXO I.B – Declaração de Ciência do Termo de Manutenção de Sigilo e das Normas de Segurança Vigentes;

ANEXO II – Modelo de Declaração Unificada;

ANEXO III - Modelo de Declaração de Microempresa/Empresa de Pequeno Porte;

ANEXO IV – Minuta do Termo de Contrato;

ANEXO V – Modelo para Apresentação de Proposta;

ANEXO VI – Estudo Técnico Preliminar; e

ANEXO VII – Mapa de Formação de Preços.



Para conhecimento de todos, lavrou-se o presente Edital que será publicado nos termos da legislação.

Curitiba, 8 de junho de 2026.

Belisa Tiemi Duarte de Almeida Okamura  
Pregoeira



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. OBJETO**

#### **1.1. DESCRIÇÃO**

- Natureza: Serviço (licença de software SaaS - Software as a Service).
- Quantitativo: 04 (quatro) licenças.
- Descrição: Contratação de serviço de subscrição de 04 (quatro) licenças de uso anual do software de design "Canva Pro +", destinadas a integrantes da equipe do Departamento de Planejamento e Gestão da SUBPLAN.

#### **1.2. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor máximo aceitável para a contratação é de R\$ 2.352,00 (dois mil trezentos e cinquenta e dois reais). Este valor foi estimado com base na média apurada dos três menores valores obtidos na pesquisa de mercado, resultando no valor unitário de R\$ 588,00 por licença anual.

Conforme artigo 59, inciso III da Lei nº 14.133/2021, o preço estimado equivale ao preço máximo aceitável, tendo em vista que serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação.

#### **1.3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS**

Descrição: Serviço de subscrição de licença de uso anual do software de design e comunicação visual Canva Pro+ (plano que integra os recursos do antigo Canva Equipes), com foco em colaboração, inteligência artificial e gestão de identidade visual.

Item	CATSER	Descrição	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
Item 1	27.502	Subscrição de licença de uso anual do software de design Canva Pro+	Licença	04	R\$ 588,00	R\$ 2.352,00

##### **1.3.1 Funcionalidades Mínimas de Design e Conteúdo:**

- Acervo Premium: Acesso ilimitado a modelos premium e a um catálogo de mais de 141 milhões de fotos, vídeos, elementos gráficos e áudios premium
- Inteligência Artificial (IA): Acesso a ferramentas de IA para edição mágica, escrita de textos e geração de imagens/vídeos.
- Edição Avançada: Ferramenta de Remoção de Fundo (imagens e vídeos) com um clique e Redimensionamento Mágico para adaptação instantânea de formatos.

##### **1.3.2 Recursos de Colaboração e Gestão:**

- Trabalho em Equipe: Edição colaborativa em tempo real, inserção de comentários e atribuição de tarefas entre os usuários.
- Fluxos de Aprovação: Implementação de fluxos de trabalho que permitem o envio de designs para revisão e aprovação formal de superiores/colegas.
- Controle Administrativo: Painel para gestão de membros, permissões de acesso e controle de uso das ferramentas de IA da equipe.

##### **1.3.3 Segurança, Armazenamento e Suporte:**

- Armazenamento: Mínimo de 500 GB de armazenamento em nuvem compartilhado para a equipe.
- Conformidade de Segurança: Certificação ISO 27001 e conformidade SOC 2 Tipo II, garantindo padrões internacionais de proteção de dados.

#### 1.3.4 Suporte:

- Não haverá exigência de suporte técnico local ou dedicado por parte da contratada. O suporte técnico será limitado à garantia de funcionamento das licenças e ao suporte padrão disponibilizado pelo fabricante na modalidade SaaS.

#### 1.4. DO FORNECIMENTO

- Local de entrega: A entrega das licenças será realizada de forma digital, mediante o envio de chaves de acesso ou liberação de uso nas contas de e-mail institucionais : [cfsrvieira@mppr.mp.br](mailto:cfsrvieira@mppr.mp.br); [subplan.dpg@mppr.mp.br](mailto:subplan.dpg@mppr.mp.br); [escolasuperior@mppr.mp.br](mailto:escolasuperior@mppr.mp.br); [comunicacao@mppr.mp.br](mailto:comunicacao@mppr.mp.br).
- Prazo de entrega: 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato.
- Horário: Não se aplica.
- Agendamento: Não se aplica.
- Telefone: Não se aplica.

#### 1.5. AMOSTRAS/PROTÓTIPOS

Não se aplica.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A escolha pelo software Canva justifica-se por sua interface intuitiva de "arrastar e soltar" integrada a um ecossistema de mais de 140 milhões de ativos premium e ferramentas de IA específicas (Magic Studio), que permitem a produção célere de materiais gráficos por servidores sem formação técnica em design, funcionalidade não replicada com a mesma integração e facilidade de uso em outras ferramentas de editoração comuns no mercado.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação de 04 (quatro) licenças anuais do software Canva Pro+, que permitirá à equipe do Departamento de Planejamento e Gestão (SUBPLAN) criar, gerenciar e colaborar em arquivos e materiais gráficos e visuais de forma centralizada e padronizada. A escolha do plano "CANVA Pro+" se justifica pela necessidade de acesso ilimitado a banco de fotos, imagens e recursos de colaboração em tempo real completos, consistência visual, gestão de arquivos, fluxos de aprovação e controles de equipe, essenciais para garantir a consistência e a eficiência na produção de conteúdo para a instituição.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 4.1 CONDIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA deverá cumprir as exigências de habilitação jurídica e fiscal, assim como a de cadastramento prévio e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

#### 4.2 SUSTENTABILIDADE

Não há requisitos de sustentabilidade aplicáveis diretamente à contratação de licença de software e não foram identificados impactos ambientais relevantes para a presente solução.

#### 4.3 SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação do objeto.

#### 4.4 VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir do termo de aceite definitivo, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que os preços permanecem vantajosos para a administração, permitida a negociação com a contratada ou a extinção contratual sem ônus para as partes.



#### **4.5 GARANTIA CONTRATUAL**

Não haverá exigência de garantia contratual, tendo em vista as especificidades do objeto ser de baixa complexidade, não havendo a necessidade de complementar a garantia legal.

#### **4.6 GARANTIA DA EXECUÇÃO**

Não haverá exigência de garantia de execução contratual por se tratar de objeto comum e de baixa complexidade.

#### **4.7 REAJUSTE CONTRATUAL**

No caso de prorrogação do contrato, os valores poderão ser reajustados, a cada 12 (doze) meses, pelo IGPM/FGV ou, na sua falta, com base na taxa obtida da média aritmética dos índices oficiais do Governo Federal (IGPM/FGV, IGP/FGV, IPC/FGV e IPCA/IBGE).

#### **4.8 ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

4.8.1. É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

4.8.1.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

4.8.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

4.8.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

4.8.2. A alteração subjetiva a que se refere o item acima deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao contrato.

#### **4.9 CONSÓRCIO**

O consórcio de empresas para fins de participação em licitação consiste na associação de empresas para um empreendimento de maior complexidade e o objeto do presente procedimento licitatório trata-se de objeto comum, não sendo apropriado à exigência de formação de consórcio para essa finalidade. A vedação quanto à participação de consórcio, no presente procedimento licitatório, não limita a competitividade, pois todas as empresas do ramo conseguem ofertar o objeto sem a necessidade de formar consórcio.

#### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

A ativação das licenças deverá ser realizada em item único, para as 04 (quatro) contas de usuário indicadas pela CONTRATANTE, no prazo estabelecido em contrato.

##### **5.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- Manter, durante toda a contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste TERMO DE REFERÊNCIA.
- Ativar e disponibilizar as licenças do software, garantindo seu pleno funcionamento conforme as especificações do plano "Canva Pro+" e da proposta apresentada.
- Responsabilizar-se por vícios e danos decorrentes do uso da plataforma, garantindo a disponibilidade e funcionamento das licenças necessárias.
- Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer motivo que impossibilite a ativação das licenças no prazo previsto.
- Indicar preposto para representá-la durante o processo de ativação e aceite das licenças.
- Manter seus dados cadastrais atualizados, especialmente no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná.
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da contratação.

##### **5.2 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- Confirmar o recebimento e a ativação das licenças no prazo e nas condições estabelecidas.



- Nomear Gestor e Fiscal do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA.
- Verificar minuciosamente, no ato do recebimento, a conformidade das licenças com as especificações deste Termo de Referência.
- Comunicar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço.
- Efetuar o pagamento no valor e prazo estabelecidos, após o aceite definitivo.
- Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal, no que couber.

### **5.3. DO RECEBIMENTO E ACEITE**

O recebimento e o aceite se dará nos seguintes termos:

5.3.1 Recebimento Provisório: Ocorrerá no momento da entrega das chaves de acesso/ativação das licenças nos e-mails indicados. A Contratada deverá comunicar formalmente a entrega, momento em que se inicia o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a conferência técnica pela Unidade Gestora.

5.3.2 Recebimento Definitivo: Será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante a lavratura do Termo de Aceite Definitivo, assinado pelo Gestor e Fiscal do contrato, após:

- a) A verificação da efetiva ativação das 04 (quatro) licenças "Canva Pro+ "
- b) A confirmação de que todas as funcionalidades contratadas (SaaS) estão plenamente acessíveis pelos usuários indicados;
- c) A verificação da conformidade da Nota Fiscal com o valor e condições pactuadas.

5.3.3 Recusa do Serviço: Caso o serviço não corresponda às especificações técnicas exigidas ou apresente falhas na ativação, o Recebimento Definitivo será interrompido. A Contratada será notificada para sanar as irregularidades no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem ônus para a Administração, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Termo.

5.3.4 Efeitos do Aceite: O aceite definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade e suporte padrão da solução (SaaS) durante toda a vigência da subscrição, conforme os níveis de serviço estabelecidos.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

Ficam nomeados:

- Gestor do Contrato: Sr. Marcus Benevides da Costa, Diretor do Departamento de Planejamento e Gestão/SUBPLAN.
- Fiscal do Contrato: Sr.(a) Camilla Francianne Silva Ribeiro Vieira Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional - SUBPLAN/GAB.

6.1. A CONTRATADA deverá habilitar no ambiente de operação da solução o quantitativo de licenças adquiridas, que devem ser emitidas em nome do Ministério Público do Estado do Paraná.

6.2. A CONTRATADA deverá emitir licença de software:

6.2.1. Forma de Acompanhamento: Recebimento da licença com a chave de acesso permitindo a ativação dos produtos de software imediatamente após o seu recebimento.

6.2.2. Método de Avaliação: Verificação, pelo gestor e fiscal do contrato, que a subscrição está ativa contendo as licenças de usuário previstas e ativadas as funcionalidades esperadas da licença corporativa.

6.2.3. Prazos e condições: O prazo de entrega será de 15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do contrato.

6.3. A gestão da presente contratação ficará sob a responsabilidade do Departamento de Planejamento e Gestão (DPG/SUBPLAN), sendo designado como gestor o Sr. Marcus Benevides



da Costa, Diretor do Departamento de Planejamento e Gestão/SUBPLAN, e como fiscal a Sra. Camilla Francianne Silva Ribeiro Vieira, Assistente da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional (SUBPLAN/GAB).

6.4. O Fiscal do contrato juntamente com a equipe técnica do DPG ficará responsável por:

6.4.1. Verificar o cumprimento dos termos de contrato, quando da realização da entrega de licenças;

6.4.2. Informar ao gestor do contrato qualquer irregularidade na execução do objeto ou descumprimento dos níveis de serviços contratados;

6.4.3. Assinar termo de aceite dos serviços executados.

6.5. O Gestor do contrato ficará responsável por:

6.5.1. Conferir o atendimento dos níveis de serviços contratados;

6.5.2. Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na prestação de serviços;

6.5.3. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;

6.5.4. Verificar a conformidade do faturamento do objeto contratado.

6.6. Os membros indicados para comporem a Comissão de Aceite Definitivo do presente objeto são: Camilla Francianne Silva Ribeiro Vieira, Marília Amaro da Rocha; Cynthia Calderon.

## **7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação das certidões de regularidade com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o FGTS, as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou Sede da empresa, bem como da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

### **7.1 FORMAS, CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO**

- O pagamento será efetuado em parcela única, após a ativação e aceite definitivo das licenças.
- O prazo para pagamento será de até 10 (dez) dias úteis após a emissão do aceite definitivo, condicionado à apresentação da documentação fiscal e de regularidade exigida.
- A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Ministério Público do Estado do Paraná, CNPJ 78.206.307/0001-30, endereço Rua Marechal Hermes, nº 751, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, CEP 80530-225.
- Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, devidamente corrigida.
- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a alteração de valor ou a compensação financeira.
- O Ministério Público do Estado do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.
- O Ministério Público do Estado do Paraná reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato do aceite, as licenças não estiverem de acordo com as especificações apresentadas neste Termo de Referência.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado neste Termo de Referência.

A seleção do fornecedor se dará àquele que apresentar a proposta mais vantajosa à administração considerando o MENOR PREÇO e estiver em cumprimento das especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA e com as certidões válidas.



## **8.1 REQUISITOS DE SELAÇÃO DO FORNECEDOR:**

A licitante deverá apresentar:

8.1.1 documento emitido pelo fabricante (Canva Pty Ltd) ou por distribuidor oficial autorizado no Brasil, que comprove a sua condição de revenda autorizada para a comercialização do objeto.

8.1.2 Termo de Compromisso com a Segurança da Informação, conforme modelo anexo a este documento.

8.1.3 Declaração de Ciência do Termo de Manutenção de Sigilo e das Normas de Segurança Vigentes conforme modelo anexo a este documento.

## **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

### **9.1. ALINHAMENTO COM O PCA 2026:**

A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026 do Ministério Público do Estado do Paraná, registrada sob o item nº 213. O objeto está classificado na categoria de Serviços de Tecnologia da Informação (TIC), sob o código CATSER 27502 (Licença de uso de software).

### **9.2. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Ministério Público para o exercício de 2026. A disponibilidade financeira está vinculada à seguinte dotação:

- Natureza da Despesa: 3.3.90.40.00 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica).
- Código do PCA: 3390.4006
- Nota de Reserva: 2026NR000064 (DFI).
- Previsão Legal: Lei Orçamentária Anual nº 22.952, de 17 de dezembro de 2025 (LOA/2026).

## **10. PARCELAMENTO DO OBJETO**

Não se aplica. A contratação do serviço será em item único.

## **11. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Nos termos do art. 48, I da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, por se tratar de item de contratação cujo valor estimado é de até R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), a presente contratação destina-se exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

## **12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-á às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 10.086/2022.

## **13. DEMAIS ELEMENTOS**

Não se aplica.

## **14. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.**

O servidor que subscreve este Termo de Referência atesta que observou integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022.

Curitiba, 18 de maio de 2026

Marcus Benevides da Costa  
**Diretor DPG/ SUBPLAN**



**TERMO DE COMPROMISSO COM A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/26

A empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica com sede em \_\_\_\_\_,

inscrita no CNPJ/MF com o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente EMPRESA, por tomar conhecimento de informações sobre o ambiente computacional do Ministério Público do Estado do Paraná, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

O objetivo deste termo é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva do MPPR reveladas à EMPRESA em razão da execução dos serviços objeto do Pregão Eletrônico nº 90014/26, doravante denominada simplesmente PREGÃO ELETRÔNICO, bem como assegurar o respeito às normas de segurança vigentes naquele órgão durante a realização dos serviços.

A expressão "informação restrita" abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, dados armazenados em qualquer meio, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, dentre outros.

A EMPRESA compromete-se a não reproduzir e/ou dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do MP-PR, das informações restritas reveladas.

A EMPRESA compromete-se a não utilizar, bem como a não permitir que seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no PREGÃO ELETRÔNICO, as informações restritas reveladas.

A EMPRESA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços ao MPPR, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações restritas reveladas.

A EMPRESA declara conhecer e se compromete a seguir e divulgar entre seus colaboradores envolvidos na execução do objeto do PREGÃO ELETRÔNICO a Norma de Segurança da Informação do MPPR (Resolução 027/2011 e 3205/2018).

A EMPRESA possuirá ou firmará acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo.

A EMPRESA obriga-se a informar imediatamente ao MPPR qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

A quebra do sigilo das informações restritas reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa do MPPR, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre o MPPR e a EMPRESA sem qualquer ônus para o MPPR. A EMPRESA também estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todos os danos e perdas sofridos pelo MPPR, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.



O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas do MPPR.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, a EMPRESA assina o presente termo através de seus representantes legais.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

EMPRESA

\_\_\_\_\_

Nome/Cargo

Observação: este documento deve ser emitido em papel timbrado que identifique o emissor.





**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO  
E DAS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/26

**DECLARAÇÃO**

Por meio desta, o(a) Sr(a) [**nome do(a) diretor, consultor, prestador de serviço, empregado ou preposto**], CPF \_\_\_\_\_, ocupante do cargo [**cargo que ocupa**] na empresa [**Nome (Razão Social) da empresa**], CNPJ [**número do CNPJ da empresa**], declara sob as penas da Lei, ter tomado conhecimento do **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E RESPEITO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES NO MPPR**, emitido por ocasião da habilitação no Pregão Eletrônico nº 90014/26, e se compromete a seguir, naquilo que lhe couber, todas as disposições do referido Termo.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Observação: esta declaração deve ser emitida em papel timbrado da empresa contratada.



## **MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

(timbre ou identificação da licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA para os devidos fins, sob as penas da Lei que:

### **1. CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA AO EDITAL**

Cumpre plenamente com todos os requisitos de habilitação e concorda em sua plenitude com o Edital e seus Anexos.

### **2. ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

Em especial o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente pela Licitante, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outra participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico Nº 90014/26-MP/PGJ**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar proposta não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outra participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico Nº 90014/26-MP/PGJ**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outra participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico Nº 90014/26-MP/PGJ** quanto a participar ou não da referida licitação;

d) o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outra participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico Nº 90014/26-MP/PGJ** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Ministério Público do Estado do Paraná antes da abertura oficial das propostas; e,

f) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

### **3. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES**

Para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos<sup>1</sup>.

(    ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz<sup>2</sup>.

### **4. INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**

Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

<sup>1</sup> As atividades proibidas aos menores de 18 anos estão listadas no Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, ressalvando as normas contidas nos artigos 428 e seguintes da CLT acerca do contrato de aprendizagem.

<sup>2</sup> Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



## 5. REGULARIDADE

Nos termos da Resolução nº 037, de 28 de abril de 2009, alterada pela Resolução nº 172, de 04 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, que:

( ) os sócios desta empresa, não são cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos Membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

OU

( ) os sócios desta empresa, são cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos Membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, abaixo identificado(s):

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Órgão de Lotação: \_\_\_\_\_

Grau de Parentesco: \_\_\_\_\_

Para fins do disposto no inciso IV do artigo 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. RESERVA DE CARGOS

Para fins do disposto no inciso IV do artigo 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

## 7. CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA AO CÓDIGO DE ÉTICA DO MPPR

([https://apps.mppr.mp.br/external/licitacao/CodigodeEtica\\_MPPR](https://apps.mppr.mp.br/external/licitacao/CodigodeEtica_MPPR))

Li e estou ciente e de acordo com as normas, condutas e práticas estabelecidas no Código de Ética e de Conduta dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e comprometo-me a respeitá-las e cumpri-las integralmente.

Assumo a responsabilidade de reportar ao fiscal/gestor do Contrato qualquer comportamento ou situação que esteja em desacordo com o estabelecido pelo referido Código.

A assinatura do presente termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas, condutas e práticas estabelecidas pelo Código de Ética e de Conduta dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.



**8. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO E RESPONSABILIZAÇÃO COM A LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS**

Declaramos que, todos os resíduos sólidos gerados pelos produtos fornecidos por nossa empresa que necessitarem de destinação ambientalmente adequada (incluindo embalagens vazias), terão o descarte adequado, obedecendo aos procedimentos de logística reversa, em atendimento à Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

**9. ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS**

Para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021 a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Por ser verdade, firmo a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome Completo e Assinatura do Representante Legal



**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(timbre ou identificação da licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 90003/26, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- (     ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
- (     ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
- (     ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188/2021.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o artigo 3º, inciso II da Lei Complementar nº 123/2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Por ser verdade, firmo a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome Completo e Assinatura do Representante Legal



### **MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, DORAVANTE DENOMINADO CONTRATANTE, INSCRITO NO CNPJ/MF Nº 78.206.307/0001-30, COM SEDE NO EDIFÍCIO AFFONSO ALVES DE CAMARGO, NA RUA MARECHAL HERMES, Nº 751, CENTRO CÍVICO, NESTA CAPITAL, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DOUTOR MAXIMILIANO RIBEIRO DELIBERADOR, E A EMPRESA XXXXX, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB Nº XXXXXXX, ESTABELECIDNA NA XXXXX, Nº XXXXX, XXXXX, NESTE ATO REPRESENTADA POR XXXXXXXX, INSCRITO NO CPF Nº XXXXXX, PORTADOR DO RG Nº XXXXXXXX, TENDO EM VISTA O RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/26, RESPALDADO NA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, E NO DECRETO ESTADUAL Nº 10.086/2022, MEDIANTE AS CLÁUSULAS SEGUINTE:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO**

A prestação dos serviços licitada obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições dos documentos adiante enumerados, que compõem o processo de Pregão Eletrônico Nº 90014/26 que, independentemente de transcrição, fazem parte e complementam este contrato:

Edital do Pregão Eletrônico Nº 90014/26 com todos os seus Anexos.

Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a contratação de serviço de subscrição de 4 (quatro) licenças de uso anual do software de design "Canva PRO+", de acordo com as especificações contidas no Instrumento Convocatório do Pregão Eletrônico Nº 90014/26 e seus Anexos.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

As condições da prestação dos serviços objeto desta Contratação constam nos itens 1.4 e 5.3 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico Nº 90014/26.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA, além do disposto no item 5.1 do Anexo I ao Edital do Pregão Eletrônico Nº 90014/26, compromete-se a manter, durante toda a contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na legislação pertinente.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**





**5.1.** O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE de acordo com o disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº 90014/26, tendo a CONTRATADA obrigação de apresentar, por ocasião do pagamento, as certidões de regularidade para com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, FGTS, Fazendas Estadual e Municipal do seu domicílio ou sede, e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, além de comprovar a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (artigo 116 da Lei nº 14.133/2021).

**Parágrafo Primeiro:** O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

**Parágrafo Segundo:** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à CONTRATADA pelo CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente.

**5.2.** O período de vigência deste Contrato é a partir de sua assinatura até 12 (doze) meses contados do aceite definitivo, podendo ser prorrogado à critério do MPPR, até o limite da Lei, mediante acordo entre as partes, através de termo aditivo.

**5.3.** Caso o MPPR julgue conveniente e necessário a prorrogação contratual, os valores poderão ser reajustados, a cada 12 (doze) meses, pelo IGPM/FGV ou, na sua falta, com base na taxa obtida da média aritmética dos índices oficiais do Governo Federal (IGPM/FGV, IGP/FGV, IPC/FGV e IPCA/IBGE).

## **CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O presente ajuste tem valor de R\$ XXXXXX (xxxxxx), a conta da dotação orçamentária 0960.03.091.04.8011 - Gestão do Fundo Especial do Ministério Público do Paraná - FUEMP, no subelemento de despesa 3390.4002 - Locação de Softwares.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

**7.1** O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:

I – **advertência;**

II – **multa de mora** de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total do contrato quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, a obrigação assumida. A partir do trigésimo primeiro dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, sobre todo o período moratório, limitando-se ao montante de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato. Decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, o CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista no item III;

III - **multa compensatória** de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução parcial ou total, caracterizada esta quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, a que se refere o item II, hipótese em que poderá ser cancelado o pedido ou documento correspondente;

IV – **impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de no máximo 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, parágrafo 4º, da Lei 14.133/2021;



V - **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e no máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, parágrafo 5º da Lei 14.133/2021.

**Parágrafo Primeiro:** As penalidades previstas serão aplicadas mediante processo administrativo autônomo, pela autoridade competente, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

**Parágrafo Segundo:** As penalidades acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

**Parágrafo Terceiro:** As multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta do CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.

**Parágrafo Quarto:** Além das multas estabelecidas, o CONTRATANTE poderá recusar o objeto contratado, se não estiver de acordo com o exigido nos documentos que compõem este contrato.

**Parágrafo Quinto:** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro de Licitantes do Estado.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**8.1** É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se o sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**8.2** A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida norma, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

**8.3** Quando solicitada, a CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE todas as informações necessárias para comprovar sua conformidade com as obrigações referentes à proteção de dados pessoais.

**8.4** A CONTRATADA (operadora) deverá comunicar ao Ministério Público do Estado do Paraná, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do seu conhecimento, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

**Parágrafo único:** a comunicação deverá ser enviada para o e-mail: encarregado.lgpd@mppr.mp.br, devendo trazer em seu bojo, no mínimo, as seguintes informações: I - quais dados pessoais foram violados; II - a descrição da natureza dos dados pessoais afetados, bem como o número aproximado de titulares de dados pessoais envolvidos; III - a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados; IV - os riscos relacionados ao incidente e descrição das medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo

**8.5** A CONTRATADA deverá cooperar com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

## **CLÁUSULA NONA - DOS CASOS DE EXTINÇÃO**



O inadimplemento, por parte da CONTRATADA, das cláusulas e condições estabelecidas neste ajuste assegurará ao CONTRATANTE, nos termos dos artigos 180 a 183 do Decreto Estadual nº 10.086/2021, em sua atual redação, o direito de dá-lo por extinto.

**Parágrafo Único:** Fica a critério do CONTRATANTE declarar extinto o contrato e/ou aplicar a multa de que trata o inciso III da cláusula sétima.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Este contrato poderá ser alterado, no que couber, nos termos dos artigos 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A gestão da presente contratação ficará sob responsabilidade do Departamento de Planejamento e Gestão/SUBPLAN, ficando indicados como gestor o senhor Marcus Benevides da Costa (DIRETOR DPG/SUBPLAN) e fiscal a Sr.(a) Camilla Francianne Silva Ribeiro Vieira.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos pelo CONTRATANTE, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica declarado o foro da comarca de Curitiba/PR para dirimir qualquer questão atinente ao presente contrato.

E, por estarem assim acordadas, as partes firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor.

Curitiba,            de            de 2026.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

Maximiliano Ribeiro Deliberador  
Subprocurador-Geral de Justiça  
para Assuntos Administrativos  
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA



**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

**AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PROPOSTA COMERCIAL REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/26**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_ (qualificação completa: nome, RG, CPF, endereço, telefones, nacionalidade, estado civil, cargo), em atendimento ao disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº 90014/26, após análise do referido instrumento convocatório e tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, se propõe prestar os serviços, objeto desta licitação, sob sua inteira responsabilidade, nas condições e preços a seguir.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

1. Esta proposta tem validade de 90 (noventa) dias.

2. Identificação da Licitante:

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONES:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

E-MAIL:

BANCO:

AGÊNCIA Nº:

CONTA Nº:

De acordo com legislação em vigor, eu, \_\_\_\_\_, CPF/MF nº \_\_\_\_\_, declaro estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes dessa proposta.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura Representante Legal

**Observação:**

- 1) É dever do representante legal zelar pela atualização dos dados acima.
- 2) Esta proposta deverá estar redigida em papel timbrado da licitante, preferencialmente.



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **1. Unidade Requerente**

Departamento de Planejamento e Gestão da SUBPLAN.

### **2. Equipe Responsável**

- Marcus Benevides da Costa (Diretor do Departamento de Planejamento e Gestão/SUBPLAN).
- Camilla Francianne Silva Ribeiro Vieira (Assistente da SUBPLAN/GAB).

### **3. Objeto**

Contratação de serviço de subscrição de 04 (quatro) licenças de uso anual do software de design "Canva Pro+" (SaaS).

**4. Nº SEI:** 19.19.9420.0020889/2025-43

## **CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

### **5. Objeto Comum**

(X) Sim ( ) Não.

### **6. Serviço ou Aquisição**

(X) Serviço (SaaS) ( ) Aquisição.

## **REQUISITOS DO PROCESSO**

### **7. Descrição da Necessidade da Contratação**

A contratação das licenças é prevista no Plano de Contratações Anual Setorial 2026 da SUBPLAN e justifica-se pela necessidade de desenvolvimento de apresentações, relatórios e outros materiais que demandam recursos visuais para as atividades do Planejamento Estratégico Institucional.

A contratação visa fornecer à equipe da SUBPLAN uma ferramenta intuitiva de design e comunicação visual que permita a produção célere de materiais gráficos. A solução é necessária para garantir a consistência visual, gestão centralizada de ativos e colaboração em tempo real, permitindo que servidores sem formação técnica em design produzam conteúdos de alta qualidade.

### **8. Demonstração da Previsão do PCA**

A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026 do MPPR, sob o item nº 213. As despesas estão vinculadas à Natureza da Despesa 3.3.90.40.00 (Serviços de TIC - PJ) e à Lei Orçamentária Anual nº 22.952/2025 (LOA 2026).

### **9. Descrição dos Requisitos da Contratação**

- 9.1. Requisitos de Negócio: Criar, gerenciar e colaborar em materiais gráficos de forma centralizada e padronizada.
- 9.2. Requisitos Legais: Atendimento à Lei Federal nº 14.133/2021 e ao Decreto Estadual nº 10.086/2022.
- 9.3. Requisitos Temporais: Vigência de 12 meses a partir do Termo de Aceite Definitivo.
- 9.4. Requisitos de Segurança e Privacidade: Conformidade com SOC 2 Tipo II e Certificação ISO 27001 para proteção de dados.

- 9.5. Requisitos de Arquitetura Tecnológica: Solução baseada em nuvem (SaaS) com acesso via internet.

## **10. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas**

Uso de 04 (quatro) licenças anuais do plano (Canva Pro+).

## **11. Levantamento de Mercado**

A escolha pelo Canva justifica-se pela interface "arrastar e soltar" integrada a um ecossistema de mais de 140 milhões de ativos premium e ferramentas de IA (Magic Studio). Essa integração e facilidade de uso não são replicadas com a mesma eficiência em outras ferramentas de editoração comuns no mercado.

## **12. Estimativa do Valor da Contratação**

Com base na média da pesquisa de mercado, o valor unitário estimado é de R\$ 588,00 por licença, totalizando R\$ 2.352,00 para as 04 licenças.

## **13. Descrição da Solução como um Todo**

Serviço de subscrição anual que oferece acesso a acervo premium, ferramentas de Inteligência Artificial (edição mágica, tradução, geração de imagens), e 500 GB de armazenamento em nuvem compartilhado.

## **14. Justificativa para o Parcelamento ou Não da Solução**

Não se aplica. A contratação será realizada em item único por ser tecnicamente mais viável para a gestão de uma única plataforma de equipe.

## **15. Resultados Pretendidos com a Contratação**

Celeridade na produção: Materiais gráficos produzidos de forma rápida por servidores.

- Padronização: Manutenção da identidade visual do Planejamento Institucional.
- Eficiência Colaborativa: Edição em tempo real e fluxos de aprovação integrados.

## **16. Providências a Serem Adotadas pela Administração**

Designar gestor e fiscal do contrato.

- Indicar as contas de e-mail institucional para ativação.
- Emitir o Termo de Aceite Definitivo após verificação das funcionalidades.

## **17. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não foram identificadas contratações interdependentes.

## **18. Possíveis impactos ambientais**

Não há requisitos de sustentabilidade aplicáveis diretamente à contratação de licença de software e não foram identificados impactos ambientais relevantes para a presente solução.

## **19. Análise de Riscos**

Risco: Atraso na entrega das chaves de acesso.

- Probabilidade: Baixa.





- Impacto: Médio (atraso na produção de materiais).
- Ação Preventiva: Cláusula de multa moratória de 0,5% por dia de atraso.
- Ação de Contingência: Notificação e aplicação de sanções previstas na Lei 14.133/2021.

**20. Declaração de Viabilidade Técnica e Econômica**

(X) Sim ( ) Não.

Curitiba, 06 de maio de 2026

Camilla Francianne Silva Ribeiro Vieira  
**Assistente DPG/ SUBPLAN**

Marcus Benevides da Costa  
**Diretor DPG/ SUBPLAN**



## MAPA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

### 1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Trata o presente de contratação de serviço de subscrição de 04 (quatro) licenças de uso anual do software de design "Canva Pro +", destinadas a integrantes da equipe do Departamento de Planejamento e Gestão da SUBPLAN, conforme Termo de Referência ([1312995](#)).

#### 1.1. Cód. CATMAT - DESCRIÇÃO:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	Nº ORDEM PCA 2026
1	Subscrição de licença de uso anual do software de design Canva Pro+	27502	781

\* A descrição detalhada dos itens encontra-se no item 1.3 do Termo de Referência.

### 2. BASE LEGAL DA PESQUISA

Decreto Estadual nº 10.086/2022 e Lei Federal nº 14.133/2021.

### 3. NOTAS SOBRE A PESQUISA

A pesquisa foi realizada conforme art. 368 do Decreto Estadual 10.086/2022 e art. 23 da Lei 14.133/2021.

### 4. CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS

As fontes consultadas foram aquelas mencionadas no artigo 368 do Decreto Estadual 10.086/2022, conforme relação abaixo:

I. PNCP (art. 23, § 1º, I da Lei 14.133/2021): Não utilizado, uma vez que o código CATMAT registrado no PCA encontra-se suspenso, conforme [1268075](#);

II. Contratações similares (art. 23, § 1º, II da Lei 14.133/2021): Vide documentos [1268085](#) e [1268091](#);

III. Sítios eletrônicos especializados (art. 23, § 1º, inciso III da Lei 14.133/21): Não utilizado, uma vez que se trata de aquisição de serviço;

IV. Pesquisa direta com fornecedor (art. 23, § 1º, IV da Lei 14.133/2021): Conforme documento [1221189](#);

V. Base de notas fiscais eletrônicas (art. 23, § 1º, V da Lei 14.133/2021) / Nota Paraná (art. 368, V do Decreto Estadual 10.086/22): Não utilizado, uma vez que se trata de aquisição de serviço;

VI. Tabelas Oficiais (art. 368, VI do Decreto Estadual 10.086/22): não utilizado visto não haver ferramenta disponível;

### 5. CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÃO

I. A Pesquisa Direta com Fornecedor foi realizada pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), que justifica as escolhas dos fornecedores da seguinte forma: "Analisando o pedido original, entendemos que devemos usar o plano CANVA PRO+ e a partir disso, solicitamos via e-mail ([1221169](#)) cotações de preço para diversos fornecedores que foram encontrados em outros de processos licitatórios de outros órgãos públicos, na expectativa de conseguirmos as cotações de preços", conforme [1220697](#);

II. Termo de Referência elaborado pelo Departamento de Gestão e Planejamento da SUBPLAN;

III. O valor adotado corresponde à Média Apurada dos 03 (três) menores valores obtidos. A adoção da média apurada justifica-se por representar melhor a tendência dos preços de



mercado, por ser uma medida estatística de tendência central, tendo em vista que os valores obtidos formarão o valor máximo de contratação na modalidade de Pregão Eletrônico;

Diante do exposto, nada mais a observar, encaminho a PESQUISA DE MERCADO Nº 67/2026:

ITEM 1 - Subscrição de licença de uso anual do software de design Canva Pro+ (CATMAT: 27502)			QUANTIDADE
			4
PARÂMETRO	IDENTIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PNCP (art. 368, I do Decreto Estadual 10.086/22)	NÃO UTILIZADO	-	-
Contratações similares (art. 368, II do Decreto Estadual 10.086/22)	Câmara Municipal de Foz do Iguaçu - Contrato nº 32/2025	R\$ 496,99	R\$ 1.987,96
Contratações similares (art. 368, II do Decreto Estadual 10.086/22)	Contratação Direta nº PRD 30/2026	R\$ 515,00	R\$ 2.060,00
Mídia especializada/Sítios eletrônicos (art. 368, III do Decreto Estadual 10.086/22)	NÃO UTILIZADO	-	-
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	MOV X (CNPJ: 35.486.862/0001-50)	R\$ 1.505,16	R\$ 6.020,64
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	PISONTEC (CNPJ: 12.007.998/0001-35)	R\$ 752,00	R\$ 3.008,00
Orçamento direto de fornecedor (art. 368, IV do Decreto Estadual 10.086/22)	REMOBILIZZE (CNPJ: 36.415.376/0001-04)	R\$ 779,63	R\$ 3.118,52
Nota Paraná / Base de notas fiscais (art. 368, V do Decreto Estadual 10.086/22)	NÃO UTILIZADO	-	-
Tabelas oficiais (art. 368, VI do Decreto Estadual 10.086/22)	NÃO UTILIZADO	-	-
MÉDIA* APURADA DOS TRÊS MENORES VALORES UNITÁRIOS			R\$ 588,00
MENOR VALOR APURADO			R\$ 496,99
VALOR ADOTADO			R\$ 588,00
<b>TOTAL PARA O ITEM 1</b>			<b>R\$ 2.352,00</b>

TOTAL MÁXIMO PARA A CONTRATAÇÃO	<b>R\$ 2.352,00</b>
---------------------------------	---------------------

Curitiba, 11 de maio de 2026

**Eugenio Wendy**  
Auxiliar Técnico